

DNIT

ATA DA 108ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO DNIT

No décimo terceiro dia do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis, com o início às dez horas e cinquenta minutos, realizou-se a Centésima Oitava Reunião Ordinária do Conselho de Administração do DNIT, na sala 13 do Gabinete do Diretor-Geral do DNIT, denominada Sala de Reuniões da Diretoria Colegiada, na Sede do DNIT em Brasília/DF, sob a Presidência do Senhor Fernando Fortes Melro Filho – Secretário Executivo do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil – MT, com a participação dos seguintes Conselheiros, conforme consta no livro de presença: Herbert Drummond – Secretário de Política Nacional de Transportes – MT; Valter Casimiro Silveira – Diretor-Geral do DNIT; e Luciano de Souza Castro – Secretário de Gestão dos Programas de Transportes – MT. Compareceram ainda o Senhor Benedito Orlando Nava Castro – Auditor-Chefe do DNIT; e como convidados os Senhores Gustavo Adolfo Andrade de Sá – Diretor de Administração e Finanças, Robson Luiz Danczura Galvão – Substituto do Coordenador-Geral de Tecnologia da Informação; e Mauro de Moura Magalhães – Coordenador-Geral de Orçamento e Finanças. Não compareceu o Conselheiro Zarak de Oliveira Ferreira – Diretor do Departamento de Programas de Infraestrutura do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão – MPOG, por estar em licença para tratamento da própria saúde. Com relação ao **Item 1. Leitura, votação e aprovação da Ata da 107ª Reunião Ordinária do CA/DNIT**, a Ata foi lida, aprovada e assinada pelos Conselheiros presentes. No que tange ao **Item 2. Apresentação acerca do papel da Diretoria de Administração e Finanças – DAF**, o Presidente do Conselho franqueou a palavra ao Senhor Gustavo Adolfo Andrade de Sá para explanar sobre as principais atribuições da Diretoria de Administração e Finanças do DNIT. O Diretor da DAF, primeiramente, apresentou os Senhores Robson Galvão – Substituto do Coordenador-Geral de Tecnologia da Informação – e Mauro Magalhães – Coordenador-Geral de Orçamento e Finanças, cujas presenças foram solicitadas, caso fossem necessários esclarecimentos adicionais. Na sequência, o Senhor Gustavo apresentou o organograma e as principais competências e atribuições sob sua incumbência, afirmando que a DAF é um órgão seccional, ao qual estão vinculadas as seguintes Coordenações: Coordenação Geral de Orçamento e Finanças – CGOF, Coordenação Geral de Gestão de Pessoas – CGGP, Coordenação Geral de Recursos Logísticos – CGLOG e Coordenação Geral de Tecnologia da Informação – CGTI. Dando continuidade, disse que os principais sistemas utilizados no âmbito da DAF são o Sistema de Gestão Financeira – SGF, o de Tramitação de Documentos – SISTD, o de Controle de Empenho – SCE, o de Controle de Processos na DAF – SISDAF, o de Administração Financeira – SIAFI, o de Administração de Protocolo – SAPR e o de Gestão de Pessoas – SGP (em desenvolvimento). Ato contínuo, o Senhor Gustavo falou resumidamente acerca do fluxo interno de documentos e processos da Diretoria, que tem início com o recebimento, passando pela conferência, pelo cadastro e pelas anotações, pela distribuição, análise, conferência, correção, assinatura, numeração, pelo trâmite e, por fim, pela entrega ou pelo arquivamento. Ainda quanto aos trâmites internos de documentos, o palestrante mencionou que, até a data de 30 de novembro de 2016, foram produzidos dez mil, cento e trinta documentos e abertos oitocentos e vinte e dois processos. Seguidamente, explicou as principais atribuições da CGOF, entre as quais estão o planejamento, a coordenação e o desenvolvimento da execução das atividades relacionadas aos Sistemas Federais de Orçamento, Finanças e Contabilidade; a orientação da Sede do DNIT, em Brasília/DF, e dos órgãos descentralizados quanto ao cumprimento das normas técnicas e administrativas relativas à área; a administração do fluxo de caixa; a coordenação da desconcentração da prestação de contas para os órgãos descentralizados, dentre outras. Em relação à execução financeira, disse que o controle do que está sendo executado e seu cálculo são realizados mensalmente. Informou que, até o presente momento, o DNIT já efetuou o pagamento de um



montante aproximado de R\$557.000.000,00 (quinhentos e cinquenta e sete milhões de reais), no mês de dezembro. Acrescentou que a execução financeira do DNIT chegará a aproximadamente 10 bilhões de reais, até o fim do corrente ano. Neste momento, o Senhor Presidente perguntou se estariam disponíveis os números relativos a 2015, ao que o Senhor Gustavo respondeu que não foi feito o comparativo entre as execuções financeiras dos anos de 2015 e 2016, mas que poderia realizar esse levantamento. O Senhor Valter Casimiro interveio e disse que, no ano passado, o orçamento destinado ao DNIT foi próximo de oito bilhões de reais, dos quais em torno de dois bilhões e quinhentos milhões de reais foram utilizados para saldar débitos concernentes ao exercício de 2014. O Senhor Luciano comentou que houve grande retração na execução das obras em face da restrição orçamentária, mas que, no entanto, o desempenho do DNIT não foi tão ruim. O Diretor-Geral explicou que a Autarquia iniciou o exercício de 2016 com um passivo financeiro de aproximadamente dois bilhões e setecentos milhões de reais, dos quais, grande parte, foi utilizado em Restos a Pagar – RAP. Disse ainda que, em 2016, houve uma queda expressiva no montante previsto para a parte de manutenção rodoviária, tendo sido executados cerca de dois bilhões e oitocentos milhões de reais, quando o gasto estimado para aquela rubrica era de aproximadamente cinco bilhões de reais, o que gerou uma dificuldade muito grande para a área de manutenção. Afirmou também que, neste ano, o que incrementou a realização das obras foi não ser autorizado o início de novos empreendimentos, a fim de se evitar a criação de um estoque de dívida para a Autarquia. Asseverou que, para 2017, a meta é não ultrapassar o limite de pagamentos por mês. O Senhor Fernando Fortes complementou e disse que o ritmo de desembolso deve depender do desempenho do Governo e que o DNIT, em comparação com outras Autarquias e empresas vinculadas ao MT, ainda é a entidade com o maior orçamento. Retomando o gráfico apresentado pelo Senhor Gustavo a respeito da execução financeira mensal, em 2016, o Senhor Herbert Drummond perguntou se não houve falta de planejamento da parte do DNIT para que a execução fosse maior, ou se o motivo da execução ter sido menor que a de outros exercícios foi a questão do repasse, argumentando que o desembolso em determinados meses foi maior do que em outros. O Senhor Valter Casimiro disse que o demonstrativo do gráfico mostra o fluxo do repasse tal qual foi feito pelo Tesouro Nacional, afirmando que a execução foi superior em alguns meses devido ao implemento da liberação financeira. O Senhor Presidente reforçou que, em alguns meses, a execução foi maior pelo remanejamento de verbas não utilizadas por outras entidades vinculadas ao MT para destinar ao DNIT. Dando prosseguimento, o Diretor de Administração e Finanças passou a explanar a estrutura e as funções da Coordenação Geral de Gestão de Pessoas – CGGP, a qual, dentre várias incumbências, possui o papel de formular propostas de política de gestão de pessoas em consonância com o planejamento institucional, bem como coordenar a sua implementação e execução. Informou aos Conselheiros que estão em andamento as tratativas visando à realização do próximo concurso público para provimento de vagas relativas ao quadro de servidores do DNIT, com a respectiva redução da quantidade de terceirizados. Neste momento, o Senhor Herbert Drummond indagou ao palestrante sobre a quantidade de funcionários terceirizados que atualmente trabalham na Autarquia. O Senhor Gustavo disse que o quantitativo é de pouco mais de 30% da força de trabalho do DNIT, o que representa algo em torno de mil colaboradores. O Conselheiro Herbert Drummond questionou ainda sobre as ações do DNIT e as melhorias na área de capacitação, o Senhor Gustavo então respondeu que, em 2016, houve um investimento no curso APG em Gestão Pública Aman- Key, voltado ao aperfeiçoamento dos gestores, dentre eles Diretores e Superintendentes, e também a capacitação de oitocentos e vinte e nove servidores em cursos de diversas áreas. O Senhor Herbert Drummond considerou o investimento no curso Aman-Key uma excelente opção para a área de gestão, visto que já participou deste treinamento, apontando o elevado nível da capacitação. Acrescentou que, se houver o oferecimento regular deste curso, o DNIT ascenderá o nível de seus gestores, num período de médio a longo prazo. O Diretor da DAF prosseguiu falando sobre dados da área de Gestão de Pessoas, como as concessões de Gratificação de Qualificação - GQ a quinhentos e oitenta e três servidores, de progressão



funcional a mil cento e noventa e oito servidores, de promoção a cento e vinte e oito servidores e de aposentadoria a cento e dezoito servidores. Finalizou a explanação a respeito da CGGP exibindo o quadro atual de servidores da Autarquia, dos quais dois mil, setecentos e trinta e quatro são ativos; mil e dez são aposentados; noventa e dois estão cedidos; e quatrocentos e vinte e um são beneficiários de pensão. Logo a seguir, concedeu a palavra ao Senhor Robson Galvão para explanar sobre as atribuições da Coordenação Geral de Tecnologia da Informação, cujo principal papel é fornecer serviços de tecnologia às áreas de negócio do DNIT para que desenvolvam suas atividades. Esclareceu que a CGTI está alinhada aos objetivos estratégicos definidos pelo DNIT e à necessidade de atender aos apontamentos efetuados pelo Tribunal de Contas da União – TCU em seus acórdãos relativos à parte de governança de tecnologia da informação. O palestrante exibiu o mapa estratégico da Coordenação, no qual constam os objetivos estratégicos, a missão, a visão, o provimento de soluções tecnológicas, a arquitetura tecnológica, o portfólio de aplicações, os serviços e processos de tecnologia da informação, a governança, as pessoas e o ambiente, baseado no mapa estratégico do DNIT. Explicou que o Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI busca organizar e impulsionar a Coordenação com a utilização das melhores práticas e referências governamentais, para que a tecnologia da informação agregue valor à Autarquia no alcance de seus objetivos estratégicos. Dando continuidade, o Senhor Robson destacou as principais atividades realizadas no ano de 2016 e listou alguns projetos da CGTI, finalizados ou em fase de aquisição e contratação, como, por exemplo, a implementação dos processos de governança por meio de licitação realizada pelo MT, da qual o DNIT faz parte como copartícipe. Elucidou que a contemplada neste certame foi a empresa Gartner do Brasil Serviços de Pesquisas Ltda., referência mundial em consultoria em gestão de tecnologia da informação. Acrescentou ainda que a implantação do processo digital estará finalizada em agosto de 2017 e, no que tange à segurança das informações, apontou a renovação e a ampliação das ferramentas correlatas em toda a Autarquia, a renovação e a ampliação do sistema de *backup* da Sede do DNIT, em Brasília/DF, e a renovação e a ampliação dos ativos de rede (*switches*). Após elencar alguns projetos prioritários para o ano de 2017, o Senhor Robson alertou para o fato de que a CGTI possuía dezessete servidores e colaboradores ocupando a função de Analista de Sistemas, restando atualmente apenas três, dentre os quais dois estão próximos de sair em face da recente aprovação em outros concursos públicos. Disse também que a CGTI está planejando, juntamente com a Coordenação Geral de Gestão de Pessoas – CGGP, treinamentos específicos para a equipe de tecnologia da informação. Mencionou a situação da sala-cofre, afirmando que seu estado físico é precário e reiterou a necessidade de adequação do local, o que poderia ser executado em 2017. O Senhor Herbert Drummond questionou a respeito da implantação do Sistema Eletrônico de Informações – SEI, cuja utilização já é feita no MT há cerca de cinco meses. O palestrante respondeu que o DNIT está pedindo apoio do Ministério para que o sistema seja empregado de maneira similar na Autarquia. O Senhor Herbert reforçou que o SEI é uma evolução e recomendou que sejam envidados esforços para propiciar seu emprego no DNIT com prioridade. Em seguida, agradeceu a oportunidade e passou a palavra ao Senhor Gustavo, o qual deu continuidade aos esclarecimentos, passando a tratar da estrutura e das funções concernentes à Coordenação Geral de Recursos Logísticos – CGLOG, a qual possui dentre outras incumbências planejar e administrar os serviços inerentes à cadeia de suprimentos necessários ao funcionamento da Sede do DNIT em Brasília/DF; gerir o sistema de protocolo e arquivo de documentos; e administrar as aquisições e os contratos administrativos do DNIT Sede. O Diretor de Administração e Finanças discorreu brevemente acerca de alguns projetos executados no ano corrente, tais como a instalação de arquivos deslizantes para abrigar os acervos técnicos da Autarquia, a substituição de divisórias no quarto pavimento da Sede do DNIT em Brasília/DF, a modernização dos espaços físicos ocupados pelos Protocolos Central e de Multas, a execução de serviços relativos à acessibilidade ao Edifício (início da implantação de sinalização visual e tátil), dentre outros. Por fim, informou que a CGLOG gerenciou quarenta e um contratos e contou com um orçamento de R\$58.000.000,00 (cinquenta e oito milhões de

3

reais) para o ano de 2016. Agradeceu a oportunidade e colocou-se à disposição do Conselho para sanar eventuais dúvidas. O Presidente agradeceu os esclarecimentos prestados e a presença dos Senhores Gustavo Adolfo, Robson Galvão e Mauro Magalhães, passando à apreciação do **Item 3. Proposta do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna para o Exercício 2017**, e franqueando a palavra ao Auditor-Chefe do DNIT. O Senhor Benedito Orlando lembrou aos presentes que a Controladoria Geral da União – CGU editou a Instrução Normativa nº. 24, de 17 de novembro de 2015, que estabelece metodologias para apresentação do Plano Anual de Auditoria Interna – PAINT. Disse que, com base no planejamento estratégico do DNIT, foram construídos setenta e oito projetos de auditoria, classificados conforme o risco, em alto, médio e baixo. Destacou que o planejamento estratégico da Autarquia não contempla as áreas ferroviária e hidroviária, mas a Auditoria elaborou um projeto de acompanhamento que as inclui, juntamente com a área rodoviária. Explicou aos membros do Conselho que estão programadas doze auditorias para o exercício de 2017, sendo dez planejadas e duas especiais, cujas propostas foram aprovadas pela CGU. Ressaltou que a meta do ano vigente, apesar da perda no quadro de servidores, foi superada e vinte e um projetos foram auditados. Continuou e passou à explanação acerca do quadro de auditorias planejadas para 2017, citando alguns dos objetos a serem examinados, tais como a supervisão de obras e serviços, os contratos de consultoria firmados com a Autarquia (para avaliar a eficiência e efetividade das atividades executadas pelas empresas contratadas) e a gestão do patrimônio ferroviário. Neste momento, o Senhor Herbert Drummond fez a observação de que os trabalhos de inventariança da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. – RFFSA, atualmente realizados pelo MT, serão encerrados até abril ou maio de 2017, segundo determinação do Ministro responsável pela pasta. Acrescentou que o decreto que regulamenta o assunto já está em fase de produção, e que uma portaria será publicada, prorrogando o prazo para execução dos trabalhos de inventariança até a aplicação do decreto. Disse ainda que o DNIT herdará esta atividade e que o Ministério será responsável apenas pelo acervo, sugerindo que a Autarquia esteja preparada logisticamente para absorver tal responsabilidade. Retomando a palavra, o Auditor-Chefe finalizou sua intervenção acerca do PAINT com a pontuação dos demais objetos de auditoria, quais sejam, a elaboração de anteprojetos de infraestrutura; a gestão das permissões especiais de uso das faixas de domínio; a gestão de garantias contratuais; o acompanhamento do Programa de Revitalização de Obras de Arte Especiais – PROARTE; os contratos de assessoramento firmados no âmbito das Administrações Hidroviárias; e a avaliação da gestão de governança no DNIT, segundo determinação do Tribunal de Contas da União – TCU, o que redundou na criação de um Manual de Governança do DNIT. Os Conselheiros aprovaram o PAINT e passaram ao exame do **Item 4. Relatório Final de Auditoria nº. 08/2016/AUDINT/DNIT, referente a recomendações preconizadas pelo Relatório Final de Auditoria nº. 23/2015, no âmbito da Coordenação Geral de Operações Rodoviárias – CGPERT/DIR; e Exames de Auditoria no Pregão Eletrônico nº. 168/2016, atinente ao Novo PNCV**. O Senhor Benedito Orlando declarou que foi feita uma auditoria no novo edital de licitação relativo ao Programa Nacional de Controle Eletrônico de Velocidade – PNCV, na qual foram constatados dois fatos considerados relevantes: em primeiro lugar, o preço era cotado com base mediana, diferente do que o DNIT vinha fazendo (por menor preço), afetando, conseqüentemente, o preço referencial da licitação. Em segundo lugar, disse que o orçamento utilizado previa a vinculação da vida útil dos equipamentos à vigência dos contratos (atualmente em cinquenta e seis meses) e valor residual a 0%, o que provocou um aumento considerável no valor total da licitação. Afirmou que, se for utilizado o método de menor valor, com vida útil dos equipamentos em sessenta meses e valor residual em 10%, ter-se-á uma economia de aproximadamente um bilhão e quarenta milhões de reais no orçamento do DNIT. Ressaltou que o assunto já está sendo acompanhado pelos órgãos de controle competentes e que foram acatadas as sugestões enviadas à Coordenação Geral de Operações Rodoviárias – CGPERT. O Auditor-Chefe asseverou ainda que o único item pendente e não acatado pela CGPERT foi a existência de dois custos que são apontados separadamente: os administrativos e os

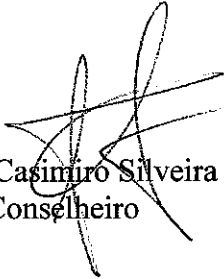


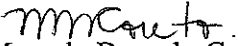
4

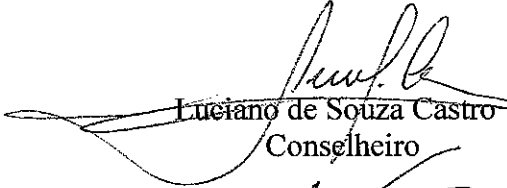


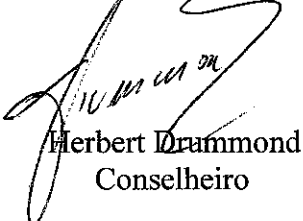
referentes a deslocamento, passagens, diárias e reprografias. Explicou que o entendimento da Auditoria Interna é de que todos estes itens fazem parte do custo administrativo, o que produzirá uma redução nas despesas. Explicou que as recomendações foram repassadas à CGPERT com a sugestão de que seja feita verificação, junto com a Coordenação Geral de Custos de Infraestrutura – CGCIT, de como são feitas as composições de custos similares em outros certames licitatórios. No que diz respeito ao **Item 5. Relatório Gerencial relativo à situação das recomendações dos órgãos de controle, elaborado pela Auditoria Interna do DNIT**, o Senhor Benedito Orlando destacou que foram incorporadas, aproximadamente, setenta e uma demandas do TCU, a maior parte das quais já foi cumprida. Encerrou o assunto, esclarecendo que existem hoje, com prazo vencido, apenas cinco demandas do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União e seis do Ministério Público e da Polícia Federal, e que a colaboração da Assessoria da Diretoria Geral tem permitido maior celeridade para sua resolução. Finalmente, em se tratando do **Item 6. Assuntos Gerais**, o Senhor Herbert Drummond solicitou a palavra para registrar o empenho do Diretor-Geral do DNIT no que concerne à recuperação do Instituto de Pesquisas Rodoviárias – IPR. Disse que o Senhor Valter Casimiro se comprometeu perante o Conselho de Administração a iniciar o processo de reerguimento técnico e operacional do Instituto, como também de seu prestígio e de sua imagem, conforme determinação do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil. Afirmou que recebeu informações do Grupo de Trabalho – GT, cuja incumbência era estabelecer a situação do IPR e ações para sua reestruturação, de que o processo tem sido conduzido com excelência. Citou como avanços: o processo de transferência das atribuições do IPR, de Brasília para o Rio de Janeiro; a nomeação de uma técnica de prestígio nacional para coordenar o Instituto, a servidora Luciana Nogueira Dantas; a promoção de concurso interno para alocação de pessoal no Rio de Janeiro; a criação de uma assessoria especial; a promoção da reforma do laboratório; e a aquisição de material para o ano de 2017. Por fim, felicitou o Senhor Diretor-Geral pelo trabalho desenvolvido até o momento. O Senhor Valter Casimiro agradeceu, disse que o trabalho tem sido conduzido pela Diretoria de Planejamento e Pesquisa e mencionou a ideia de utilização dos especialistas do IPR para prestarem consultoria em sua área de atuação, o que contou com a concordância do Senhor Herbert e dos demais Conselheiros. Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a participação dos Conselheiros e demais presentes, dando por encerrada a sessão às doze horas e treze minutos, da qual eu, Marcela Braz do Couto, Secretária-Executiva do Conselho de Administração, lavrei a presente Ata, que é assinada por mim, pelo Senhor Presidente e pelos demais Conselheiros.-----


Fernando Fortes Meiro Filho
Presidente


Valter Casimiro Silveira
Conselheiro


Marcela Braz do Couto
Secretária Executiva


Luciano de Souza Castro
Conselheiro


Herbert Drummond
Conselheiro